

---

## **Ninja ES: Colaboração e compartilhamento na territorialidade informacional durante as ocupações de escolas capixabas<sup>1</sup>**

Ana Paula Miranda COSTA Bergami<sup>2</sup>

Lucas BRAGANÇA da Fonseca<sup>3</sup>

Fábio Luiz MALINI de Lima<sup>4</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

### **RESUMO**

O presente artigo traz considerações sobre o impacto da comunicação mediada pelo computador sobre as rearticulações dos vínculos territoriais no cotidiano midiático, permitindo uma ressignificação das noções de espacialidade. Neste trabalho, abordamos a atuação dos midiativistas do coletivo Ninja ES, que compartilham conteúdo no ciberespaço, dentro de uma lógica colaborativa, gerando uma relevante agenda midiática própria nos sites de redes sociais e, conseqüentemente, pertencimento na territorialidade informacional. A análise compreende as postagens no Facebook do coletivo nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, época em que os estudantes ocuparam as escolas capixabas, evento que ficou conhecido como #OcupaES.

**PALAVRAS-CHAVE:** redes sociais; territorialidade informacional; midiativismo.

### **Introdução**

A sociedade atual experimenta um mundo operante criado pelo ciberespaço, interligado por ícones, portais, sítios e *home pages*. Neste contexto, o ciberespaço estabelece-se como sendo “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LÉVY, 2010, p. 94). A cultura técnica contemporânea, chamada cibercultura, caracteriza-se pela constituição de uma sociedade estruturada por meio de uma conectividade generalizada, quando o potencial comunicativo é expandido (LEMOS, 2013). Partimos do pressuposto de que atualmente

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bacharel em Comunicação (Jornalismo) pela Ufes. Graduanda em Letras Português pela Ufes. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Ufes, e-mail: anapaulamirandacosta@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Espírito Santo. É mestrando em Comunicação e Territorialidades pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela Capes e integrante do CIA – Grupo de estudos em Comunicação, Imagem e Afeto, e-mail: lucasbraganca@gmail.com.

<sup>4</sup> Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação Social da Ufes. Coordenador do Labic da Ufes, e-mail: fabiomalini@gmail.com.

---

“a mídia é o tecido conjuntivo da sociedade” (SHIRKY, 2011, p. 52). Sendo assim, as ferramentas de mídia social não são apenas uma alternativa para a vida real, mas são uma parte importante dela.

A comunicação mediada por computador é o ponto de partida de nosso artigo, que pretende verificar as rearticulações dos vínculos territoriais no cotidiano midiaticizado, considerando a atuação dos midiativistas do coletivo Ninja ES, que se apropriam dos espaços virtuais para engajar sua audiência. Os ciberativistas narram, em tempo real, com suas audiências, fatos sociais associados aos diferentes atos de ruas dos movimentos sociais. Os “ninjas” modificaram estéticas, estruturas narrativas e a posição de sujeito da deontologia jornalística.

A fanpage dos midiativistas no Facebook possui 36.746 curtidas<sup>5</sup>. O grupo tem como objetivo “fazer circular as informações que vem dos gritos da rua, dos movimentos sociais, dos coletivos, das lutas”, buscando “denunciar, fiscalizar e cobrar”<sup>6</sup>. Os ciberativistas explicam que fazem “cobertura com narrativas e fotos atualizadas em tempo real conforme os ocorridos e transmissões streaming ao vivo”<sup>7</sup> de eventos com forte teor social. A página foi criada em 7 de setembro de 2013<sup>8</sup>, com o objetivo de ser uma mídia independente com denúncias e investigação<sup>9</sup>.

Os midiativistas postam conteúdo de relevância jornalística sobre temas variados, dentro da temática social com um viés contestador. As colaborações de outros internautas são aceitas, desde que submetidas anteriormente ao moderador do coletivo. Observamos que é um padrão dos ciberativistas postar fotos e vídeos anônimos, sem identificar seus autores. O conteúdo anonimizado é apresentado como tendo sido elaborado pelo coletivo. Além disso, percebemos que o grupo tem exclusividade de publicação da indignação dos movimentos sociais, considerando que a mídia tradicional, ancorada em grandes patrocinadores, dá pouco espaço para os conteúdos que chegam das lutas das ruas.

Sendo assim, partimos do pressuposto de que o grupo de mídia livre Ninja ES utiliza a capacidade de criar conteúdos com caráter independente nos sites de redes sociais para mobilizar e engajar novos voluntários no ciberespaço, por meio da construção

---

<sup>5</sup> Informação obtida no site [www.facebook.com/esninjaes](http://www.facebook.com/esninjaes). Acesso em 25/04/2018.

<sup>6</sup> Informação obtida no site [www.facebook.com/esninjaes](http://www.facebook.com/esninjaes). Acesso em 25/04/2018.

<sup>7</sup> Informação obtida no site [www.facebook.com/esninjaes](http://www.facebook.com/esninjaes). Acesso em 25/04/2018.

<sup>8</sup> Informação obtida no site [www.facebook.com/esninjaes](http://www.facebook.com/esninjaes). Acesso em 25/04/2018.

<sup>9</sup> Informação obtida no site [www.facebook.com/esninjaes](http://www.facebook.com/esninjaes). Acesso em 25/04/2018.

colaborativa de narrativas feitas por diferentes atores que leva a uma pluralidade de opiniões no ciberespaço e a vínculos de pertencimento. Ao produzir narrativas próprias e desenvolver uma rede autônoma de comunicação, os midiativistas “subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem” (CASTELLS, 2013, p. 18).

### **Redes e poder**

Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala atravessou uma profunda transformação tecnológica e organizacional, com a emergência da sociedade em rede (CASTELLS, 2013; CASTELLS, 2015), estabelecida com base em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa e sem fio.

A sociedade em rede tem uma estrutura social “construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e de informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica” (CASTELLS, 2015, p. 71). As redes são a base da experiência humana, por isso entendemos que as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Devido ao desenvolvimento de novos arranjos tecnológicos, as sociedades estão se transformando, abandonando formatos defasados de participação e modos de produção burocráticos e verticalizados para abrigar estruturas reticulares, que representam um novo viés comunicativo e produtivo, em que o acesso às redes e à possibilidade de troca de informações tornaram-se fatores determinantes para a participação em sociedade e as interações sociais (CASTELLS APUD DI FELICE, 2017).

De fato, as redes “tornaram-se ao uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e de informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial” (PARENTE, 2010, p. 92). Entendemos que, atualmente, todos os âmbitos da sociedade são definidos em termos de redes, quando “nada parece escapar às redes, nem mesmo o espaço, o tempo e a subjetividade” (PARENTE, 2010, p. 92).

O ciberespaço é o meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, significando não apenas a infraestrutura da comunicação, como também o universo de informações que ela abriga (LÉVY, 2010). Nesse cenário, emerge a cibercultura, um verdadeiro conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do

ciberespaço (LÉVY, 2010). Consideramos que atualmente a comunicação integra o plano sistêmico da estrutura de poder, sendo que as redes comunicativas são fontes decisivas de construção desse poder e que o contrapoder é desempenhado “reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes” (CASTELLS, 2013, ps. 17-18).

Por poder se define uma relação entre parceiros, sendo que o exercício do poder “é um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242). Para Foucault (1995, p. 246), “uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração”. Em uma perspectiva dialética, onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1995). Partimos do pressuposto de que os ativistas do coletivo de mídia livre Ninja ES são atores da mudança social, que exercem o contrapoder construindo narrativas por meio de um processo de comunicação autônoma, com uma menor influência e controle dos que detêm o poder institucional.

Ao produzir narrativas próprias e desenvolver uma rede autônoma de comunicação, os midialivristas “subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem” (CASTELLS, 2013, p. 18). Ponderamos que, na sociedade conectada em rede, a autonomia de comunicação é construída na internet e nas plataformas de comunicação sem fio, com as redes sociais digitais oferecendo a possibilidade de coordenar ações de forma desimpedida (CASTELLS, 2013).

### **Redes sociais, convergência e compartilhamento**

As redes sociais são espaços vivos que conectam dimensões da vida das pessoas (CASTELLS, 2013) e onde tais ferramentas são, hoje, uma tendência importante para a sociedade, pois transformam a cultura ao induzir ao compartilhamento. Os usuários das redes sociais “transcendem o tempo e o espaço, mas produzem conteúdo, estabelecem vínculos e conectam práticas” (CASTELLS, 2013, p. 173).

Raquel Recuero (2014) estabelece que o conceito de rede social é focado na descrição e na compreensão das estruturas sociais. Para ela, “trata-se de uma metáfora para observar essas estruturas, cujo foco principal está nos modos de conexão entre os atores sociais” (RECUERO, 2014, p. 403). Sendo assim, uma rede social é definida como sendo um conjunto de atores (pessoas ou instituições) e suas conexões (laços sociais que unem os agrupamentos).

---

As redes sociais são entendidas como estruturas que representam processos de conversação, fluxos de informações e seus reflexos no campo social (RECUERO, 2014). Esses espaços abrangem elementos dinâmicos, “que são comportamentos que alteram sua estrutura no tempo, por isso chamados dinâmicos. Esses comportamentos são gerados pelas interações entre os atores, que podem ser cooperativas, competitivas e de conflito” (RECUERO, 2014, p. 407).

A partir desse cenário de telemática generalizada, estabeleceu-se uma inteligência da coletividade capaz de construir significado a partir das ferramentas dispostas pelo ciberespaço (LÉVY, 2010). A inteligência coletiva é um termo que diz respeito a um princípio no qual as inteligências individuais são somadas e compartilhadas por toda a sociedade, sendo potencializadas a partir do surgimento de novas tecnologias de comunicação como a internet, por exemplo. A inteligência coletiva possibilita o compartilhamento da memória, da imaginação e da percepção, o que resulta na aprendizagem coletiva, a troca de conhecimentos, entre outras possibilidades (LÉVY, 2010).

Ao interagir com o mundo virtual, por meio de seus dispositivos, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criações coletivas (LÉVY, 2010). Dessa forma, os novos dispositivos informacionais (mundos virtuais, informação em fluxo) e comunicacionais (comunicação todos-todos) são os maiores portadores de transformações culturais (LÉVY, 2010).

O cenário cotidiano, em que atores dotados de dispositivos móveis, capazes de produzir vídeos, fotos e textos, com acesso à internet, conseguem, simultaneamente, se comunicar com outros indivíduos e criar conteúdo, experimenta a cultura da convergência, em que as velhas e novas mídias entram em choque, quando “a mídia corporativa e a mídia alternativa se cruzam, o poder do produtor e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 343). Jenkins (2009) estabelece que convergência representa, ao mesmo tempo, o fluxo de conteúdos que circula por meio de múltiplas plataformas conectadas à internet, em meio às práticas de cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação.

Nesse cenário, a participação ativa dos indivíduos é fundamental, para que haja uma circulação de conteúdos por meio de diferentes sistemas de mídia. Sendo assim, a

---

convergência representa uma verdadeira transformação cultural, “à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos” (JENKINS, 2009, p. 30).

Ao entendermos esse cenário de convergência, percebemos uma mudança fundamental, que é a maneira como os indivíduos passam a lidar com a mídia. Para Jenkins (2009), a convergência dos meios de comunicação representa um impacto importante na maneira como passamos a consumir esses meios. É necessário observar que, dentro dessa perspectiva de convergência, aconteceu uma verdadeira transformação “tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação” (JENKINS, 2009, p. 44). Nos últimos anos, os indivíduos passaram a usar as ferramentas de mídia digital, e as distinções limítrofes tradicionais entre mídia de comunicação (telefone, fax, correspondências) e mídia de transmissão (televisão, rádio, cinema) ficaram borradas, e atualmente há dificuldade de diferenciar uma função da outra. Para Shirky (2012), os dois padrões passam a se confundir, e a maneira que pequenos e grandes grupos se comunica tornou-se um verdadeiro ecossistema.

O acesso aos aparatos tecnológicos deu origem à cultura da participação (SHIRKY, 2011), quando os atos criativos feitos por amadores se tornam também atos sociais, com um compartilhamento generalizado. Na mesma plataforma em que grandes grupos divulgam seus produtos, serviços ou notícias, os sujeitos, como é o caso do Facebook, anônimos e anteriormente atores inexpressivos, conectam-se com seus familiares e amigos em tempo real, postam fotos das férias na praia, vídeos dos primeiros passos dos filhos ou outras banalidades do dia a dia, que comercialmente não possuem valor, mas que disputam o espaço no *feed* de notícias com tantos outros empreendimentos varejistas e grandes corporações, muitas delas multinacionais.

De fato, entendemos que a relação dos indivíduos com os meios de comunicação mudou. Com a popularização dos aparatos tecnológicos com acesso à internet, dotados de recursos de produção de textos, imagens e vídeos, o público deixa o papel de consumidor passivo de informações, e passa a elaborar conteúdo (JENKINS, 2009). Além disso, “as pessoas assumem o controle das mídias” (JENKINS, 2009, p. 45). Esse novo público conectado, capaz de elaborar conteúdo, “que ganhou poder com as novas tecnologias e vem ocupando um espaço na intersecção entre os velhos e os novos meios de comunicação, está exigindo o direito de participar da cultura” (JENKINS, 2009, p. 53).

---

Consideramos que as redes sociais se tornaram um espaço propício para práticas de insurreição e resistência midiática, configurando uma paisagem insurgente, em uma nova espacialidade, criada a partir das vivências digitais. Em um ambiente em que há novas configurações do território, surgem novos arranjos e dinâmicas relacionais, como é o caso da territorialidade informacional, como veremos em seguida.

### **Espaço, tempo e não-lugares**

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana, em que “as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (HARVEY, 2014, p. 189). Harvey (2014) usa a expressão “compressão do tempo-espaço” para relatar processos que forçaram as pessoas a alterarem suas maneiras de representação do mundo.

O poder e o espaço estão intrinsecamente conectados, sendo que “a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social” (HARVEY, 2014, p. 207). David Harvey (2014) acredita que o conceito de aldeia global — com o fim das fronteiras entre as nações — representa um processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista. Mas, apesar disso, “a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço” (HARVEY, 2014, p. 265).

Dentro dessa ficção pós-moderna, em que há efemeridade, fragmentação e dispersão no pensamento filosófico e social, é possível enxergar uma reação oposta, que “pode ser resumida como a busca de uma identidade coletiva ou pessoal, a procura de comportamentos seguros num mundo cambiante” (HARVEY, 2014, p. 272).

Marc Augé (2007) fala sobre as transformações na contemporaneidade por implicações da alteridade em relação ao uso e percepção do tempo, sobretudo na questão da aceleração da história, de uma superabundância de acontecimentos e aumento dos não-lugares. Esse excesso de tempo corresponde a uma situação que poderíamos dizer de sobremodernidade, que teria três aspectos: “a superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências” (AUGÉ, 2007, p. 37-38).

Se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. Augé (2007) estabelece que a sobremodernidade cria os não-lugares, “tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e dos bens



como os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são arrebanhados os refugiados do planeta” (AUGÉ, 2007, p. 33).

### **Território e territorialidade**

Claude Raffestin (1993) conceitua território como sendo um desdobramento do espaço. Ele explica que território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Esse ator territorializa o espaço. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Sack (2013) afirma que, de fato, os territórios são resultados de estratégias eficazes de afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações.

Marcos Aurelio Saquet (2015, p. 77) define que “território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades”. Saquet (2015, p. 84) aponta que “território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões”. Sack (2013) enuncia que muitos territórios tendem a ser fixos no espaço geográfico, mas alguns podem deslocar-se. “Territórios podem ocorrer em níveis” (SACK, 2013, p. 78).

Já Milton Santos considera que “cada pessoa, grupo, firma, instituição realiza o mundo à sua maneira” (2012, p. 115). Ele define o conceito de território como sendo:

Não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato, e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2012, p. 96).

Rogério Haesbaert (2011) refuta o conceito de desterritorialização — que representa o fim dos territórios na contemporaneidade —, e pondera que, pelo contrário, há atualmente uma “intensificação da territorialização no sentido de uma ‘multiterritorialidade’, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais” (HAESBAERT, 2011, p. 32).

Robert David Sack (2013, p. 76) estabelece que territorialidade “envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros” (2013, p. 76). O autor aponta que territorialidade é a “tentativa, por indivíduo ou grupo,



de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica (território)” (SACK, 2013, p. 76).

Sack considera que “a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras” (2013, p. 88). Ele explica que “relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume” (SACK, 2013, p. 88).

### **Territorialidade informacional**

Marcos Aurelio Saquet (2015) explica que a relação entre o tempo e o território está se desdobrando em novas territorialidades. Para o autor, “vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em processo constante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços dos velhos territórios e territorialidades” (SAQUET, 2015, p. 78). Saquet pondera que “os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais” (2015, p. 83). Sobre o tema, ele diz:

Há, em cada território, tempos históricos e tempos coexistentes (ritmos) presentes, em unidade, a mesma unidade da relação espaço-tempo e da relação ideia-matéria. Pela nossa concepção, há rompimento das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento do e no território; movimento entre os territórios; transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza. Unidade que se traduz, sucintamente, na vida, na atuação e na territorialização dos homens (SAQUET, 2015, p. 83).

André Lemos trabalha o conceito de territórios informacionais, que são “áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio” (2007, p. 14). Lemos considera que o território informacional “não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico” (LEMOS, 2007, p. 14).

Para Lemos (2007, p. 14), “o território informacional cria um lugar, dependente dos espaços físico e eletrônico a que ele se vincula”, e esse lugar “se configura por atividades sociais que criam pertencimentos (simbólico, econômico, afetivo, informacional)” (LEMOS, 2007, p. 15). Lemos estabelece que:

A ideia de território informacional está vinculada a essa forma identitária, criando um “lugar informacional” que se diferencia do espaço abstrato. Os territórios informacionais são lugares onde se exercem controles do fluxo de informação na

---

ciberurbe marcada, como vimos, pela imbricação dos espaços eletrônico e físico (LEMOS, 2007, p. 15).

Suely Fragoso, Rebeca Recuero Rebs e Daiani Barth (2011) consideram que espaços, lugares e territórios são indissociáveis, sendo que “a materialidade dos espaços organiza-se em lugares caracterizados geograficamente (por seus limites, não necessariamente materiais) e simbolicamente (por sua identidade e historicidade)” (FRAGOSO EL AL, 2011, p. 212). As autoras estabelecem que “os lugares podem conduzir à territorialidade, que se traduz em sentimentos de pertença territorial de ordem individual ou coletiva” (FRAGOSO EL AL, 2011, p. 212-213).

Fragoso et al (2011) comentam, com base em amplo referencial teórico, que em uma abordagem mais funcional, “a territorialidade se configura-se em processos de dominação, de exclusividade, e o território é visto como recurso, como valor de troca, visando produção e lucro” (FRAGOSO EL AL, 2011, p. 213). Porém, ao se considerar o aspecto simbólico, “a territorialidade diz respeito à apropriação e à identidade e mobiliza os sentidos de lar e de abrigo” (FRAGOSO EL AL, 2011, p. 213).

Nesta perspectiva, a internet influencia na criação de novas identificações culturais, pois “além de oferecer os suportes para a criação, organização e compartilhamento desses lugares-territórios virtuais, a internet também potencializa a diversificação das interações e, com isso, a multiplicação das identidades e identificações culturais” (FRAGOSO EL AL, 2011, p. 215). Sendo assim, a maior facilidade de estabelecer interações sociais pela Internet potencializou as “múltiplas ‘tribos’ a que cada um pode pertencer [e que] revelariam múltiplas territorialidades, efêmeras, que assumiríamos ao longo de nosso cotidiano” (HAESBAERT apud FRAGOSO ET AL, 2011). Sendo assim, neste processo, “as vinculações identitárias individuais e coletivas transpõem-se para as representações online, potencializando a experiência multiterritorial ao ampliar a gama de territórios dos quais o sujeito pode fazer parte tanto material quanto simbolicamente” (FRAGOSO ET AL, 2011, 216).

## **Metodologia**

No presente trabalho, propomos uma análise de conteúdo das postagens da página do coletivo Ninja ES, relacionadas à ocupação das escolas públicas capixabas e da sede da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) pelos secundaristas. Na época das ocupações, os estudantes protestavam contra a proposta do governo federal de

---

reforma do ensino médio e contra a PEC 55 (chamada de PEC 241 na Câmara), posteriormente aprovada em votação nas duas casas legislativas federais (Senado e Câmara). Queremos entender como os midiativistas se apropriaram das ferramentas tecnológicas e estabeleceram um *hub* midiático com base na colaboração de vários atores anônimos, que enviaram suas narrativas para o coletivo, criando pertencimento na territorialidade informacional.

A coleta de dados foi empreendida no dia 22 de junho de 2017, por meio do *script* Ford, desenvolvido pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), localizado na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). O levantamento de material abrange o período de 17 de outubro a 5 de dezembro de 2016, quando foram gerados 941 posts veiculados pela *fanpage* do Ninja ES no Facebook. Após a análise do *dataset* completo, parte das postagens foi descartada por trazer conteúdo diverso, não se referindo às ocupações nem ao movimento gerado para contestar a votação da PEC 55. A amostra que vamos trabalhar corresponde a 743 postagens, constituindo nosso *corpus* de estudo.

Adotamos como metodologia de trabalho a análise de conteúdo, por entendermos que, na pesquisa qualitativa, podemos usar técnicas que permitem “tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (MINAYO, 2007, p. 303).

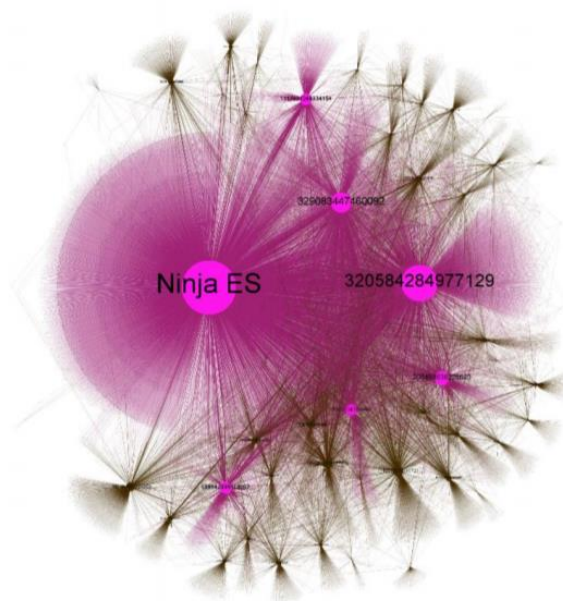
Após a coleta empreendida, os dados das postagens foram inicialmente analisados, tipificados e separados em categorias semânticas de acordo com os termos mais recorrentes. Diagnosticamos inicialmente as seguintes grandes categorias nos *posts*: cobertura das ocupações escolares capixabas; cobertura de protestos sobre a PEC 55; viralização de temas nacionais e desdobramentos das ocupações. Também verificamos as palavras mais recorrentes dentro de nosso *corpus*: em primeiro lugar está a palavra “escola”, que apareceu 645 vezes, seguida respectivamente de “estudantes” (608 vezes), “PEC” (261 vezes), “ocupa” (256 vezes) e “educação” (204 vezes). Também identificamos as hashtags mais recorrentes: em primeiro lugar, está #ocupatudo, com 212 menções nas postagens, seguida respectivamente por #ocupaes (148 menções), #primaverasecundarista (90 menções), #contrapec241 (74 menções) e #pecdofimdomundo (50 menções).

As postagens do Ninja ES receberam um total de 14.552 curtidas e 2.382 comentários. Ao todo foram registrados 52.627 compartilhamentos, que resultaram em

um total de interações com 120.355 *likes* (média de 134,47 por postagem) e 8.108 *comments* (9,06 por publicação). Esse número permite verificar a dimensão do movimento estudantil na territorialidade informacional, que conseguiu um alcance considerável, visto que nem sempre foi apoiado pela sociedade civil.

Confirmando os números obtidos, fizemos uma nova coleta no Facebook e extraímos os dados de outras páginas com conteúdo sobre as ocupações e visualizamos todas as curtidas dos perfis do Facebook em publicações das páginas sobre as ocupações (o que incluem aí canais dos próprios movimentos escolares, além do Ninja ES). Após a coleta, o Ford libera arquivos em formato .gdf e permite a análise e visualização dos dados extraídos a partir do aplicativo Gephi, que permite, por sua vez, gerar a visualização dos dados em formato de grafos, o que nos ajudará a enxergar a rede de midiativismo que se formou durante os dias de ocupações escolares no Espírito Santo.

Como se pode notar na *Figura 1*, o Ninja ES foi o principal veículo para acompanhamento da mobilização social, divulgando principais furos jornalísticos do período, a saber: as escolas que estavam sendo ocupadas e tentativas de repressão.



*Figura 1:* Curtidas recebidas em publicações das páginas sobre as ocupações

A partir do material quantitativo, podemos inferir que o Ninja ES representou um importante papel no Facebook, durante os dias de ocupações escolares, assumindo um protagonismo ao compartilhar narrativas do movimento estudantil. Além do trabalho do próprio grupo de midiativistas, que fez transmissões ao vivo durante as ações dos

---

estudantes, grande parte do nosso *corpus* trouxe conteúdo enviado por colaboradores, ativistas que estavam nos locais de ação e que fizeram registros importantes dos atos dos alunos que participaram das ocupações de 65 escolas municipais, estaduais e federais em todo o Espírito Santo.

### **Considerações finais**

A difusão das redes de comunicação horizontais modificou drasticamente a prática de poder em várias dimensões institucionais e sociais, permitindo que a sociedade civil e atores sociopolíticos não institucionais ganhassem uma maior influência, impactando diretamente na forma e na dinâmica das relações de poder até então estabelecidas (CASTELLS, 2015). A internet permitiu a geração de laços fracos múltiplos, muitas vezes com outros indivíduos desconhecidos, porém em um modelo igualitário de socialização (CASTELLS, 2013), que permite que novos sujeitos possam se organizar, criar conteúdo e compartilhar narrativas no ciberespaço. Entendemos que a tecnologia maximizou as chances para a expressão e mobilização de projetos alternativos (CASTELLS, 2015). Muitos movimentos sociais migraram das ruas para as redes, justamente pela possibilidade de engajar vários participantes à distância, dentro de um modelo colaborativo e igualitário.

Consideramos que, além de significar um importante espaço contemporâneo de trocas e interações, as plataformas de redes sociais constituem também um fundamental instrumento de mobilização social, de luta por autonomia e de conflito com as estruturas do poder constituído. Acreditamos também que o ambiente digital preserva elementos territoriais por reunir pessoas de uma mesma localização geográfica, como é o caso dos membros do coletivo Ninja ES, lidando com um tema em comum, que são os fatos e as informações referentes às lutas sociais ligadas ao estado do Espírito Santo.

Além disso, temas como comunicação e poder são de grande relevância para a construção de nossa pesquisa. Por meios de redes sociais como o Facebook, o internauta pode debater temas específicos sobre o Espírito Santo e suas lutas sociais, criando uma agenda midiática específica, muitas vezes com um sentido contra-hegemônico ao que é noticiado pela mídia tradicional, que possui outras especificidades editoriais e comerciais, inclusive com uma rotina jornalista para elaboração de narrativas que se difere em muitos aspectos do processo de atuação dos ativistas do Ninja ES.

---

Usado amplamente pelos internautas brasileiros, o Facebook é um dos destaques entre os sites de redes sociais, por permitir que os usuários compartilhem conteúdos com textos, fotos e vídeos em tempo real. É popular no País e em todo o mundo, com mais de 2,07 bilhões de usuários ativos<sup>10</sup>, que acessam a rede pelo menos uma vez por mês. É nesse ambiente que os internautas se destacam pela capacidade de mobilização, de unir grupos em torno de um mesmo objetivo e de colaborar com postagens sobre temas variados.

As interações realizadas no Facebook são processos discursivos que se consolidam mediante à circulação de textos e imagens. Nesse sentido, o coletivo Ninja ES abastece sua página com regularidade, postando conteúdo sobretudo com caráter político e social, produzido por seus integrantes ou enviado por seus colaboradores. Outra estratégia de sua guerrilha midiática é republicar notícias de outras fontes, com o objetivo de causar engajamento no ciberespaço. Consideramos que o coletivo midiático, que tem na territorialidade informacional seu campo de operações e nas práticas jornalísticas sua estratégia de atuação, constrói um discurso de resistência enquanto fornece contrainformações.

Sendo assim, podemos considerar que o coletivo de mídia livre Ninja ES estabelece atividades sociais que criam pertencimento nas redes sociais digitais — no caso narrativas jornalísticas elaboradas por comunicadores livres e autônomos —, configurando um território informacional independente, com conteúdo em oposição ao sistema midiático hegemônico vigente.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus, 2017.

---

<sup>10</sup> Informação obtida na página <<http://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-alcanca-2-07bilhoes-de-usuarios-no-mundo,70002069551>>. Acesso em 06/02/2018.

FRAGOSO, Suely et al. Territorialidades virtuais. In: **Revista Matrizes**, n. 1, 2011, p. 211-225. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38317/41166>>. Acesso 20 de dezembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LE MOS, André. **Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

\_\_\_\_\_. Mídia locativa e territórios informacionais. In: SANTAELLA, Lúcia & ARANTES, Priscila. **Estéticas Tecnológicas**. São Paulo, EDUC, 2007. Disponível em <[http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia\\_locativa.pdf](http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf)>. Acesso 31 de maio de 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2007.

PARENTE, André. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: PARENTE, André. **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECUERO, Raquel. Redes sociais. In: CITELLI, A. et al (orgs). **Dicionário de Comunicação. Escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina & FERRARI, Maristela. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.